



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2014
(Processo Administrativo n.º 79 - DEC)
NUP/NUD 64444.052169/2014-12**

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) O PRESENTE EDITAL E OS ANEXOS PODEM SER OBTIDOS DAS SEGUINTE FORMAS:

a) POR MEIO DO E-MAIL: CPL@DEC.EB.MIL.BR

b) DIRETAMENTO NO DEC, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CD-R, CD-RW, PEN DRIVE OU OUTRO DISPOSITIVO QUE PERMITA CÓPIA DOS ARQUIVOS;

c) POR MEIO DO SITE: www.comprasnet.gov.br e www.dec.eb.mil.br

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SEÇÃO DE LICITAÇÕES (CPL) DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADO NO QGEX, BLOCO B, 3º PISO, SETOR MILITAR URBANO, BRASÍLIA DF, PELOS TELEFONES (061) 3415-5091 E 3415 4862 E E-MAIL - CPL@DEC.EB.MIL.BR, NO HORÁRIO DAS 09:30 H ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS, DE 2ª A 5ª E NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 11:30 HORAS NA SEXTA-FEIRA;**

3) TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP, NO ITEM 2.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC), Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), sob o nº **07.521.315/0001-23**, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, para contratação de empresa de engenharia especializada para execução de Serviços de Investigação Geotécnica e de Topografia, nos termos da Lei 12.846, de 01 agosto de 2013, da Lei nº **10.520, de 17 de julho de 2002**, do Decreto nº **5.450, de 31 de maio de 2005**, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei

Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações e Contratos no âmbito do Comando do Exército) e demais diplomas legais vigentes, bem como as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 17 de Novembro de 2014

Horário: 10h00 (Horário de Brasília/DF)

Local: COMPRASNET

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia, para a execução de Serviços de Investigação Geotécnica por meio de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) em 44 (quarenta e quatro) furos, com a previsão de sondagem rotativa na ocorrência de rocha, até uma profundidade média de 20 metros (STP + rotativa) em cada furo; e, de Serviços de Topografia para Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, para uma área estimada de 35.798,08 m², com o objetivo de obter a locação e nivelamento das edificações, vias, estacionamento e dos serviços de infraestrutura urbana, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e observadas as normas técnicas da ABNT.

1.2. A licitação será realizada pelo regime empreitada por preço unitário, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço global.

ITEM 1 - SERVIÇOS DE SONDAAGEM

ITEM 1 - Serviços de Investigação Geotécnica por meio de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) em 44 (quarenta e quatro) furos, com a previsão de sondagem rotativa na ocorrência de rocha, até uma profundidade média de 20 metros (SPT + rotativa) em cada furo				
SUBITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	QUANT.	VALOR
1.1	Serviço de mobilização e desmobilização	R\$513,70	01/un	R\$513,70
1.2	Sondagem a percussão SPT 3"	R\$149,34	748/m	R\$111.706,32
1.3	Sondagem rotativa 3" rocha média	R\$807,70	88/m	R\$71.077,60
1.4	Sondagem rotativa 3" em rocha sã	R\$903,38	44/m	R\$39.748,72
1.5	Demolição e retirada de piso em geral	R\$41,63	6/m ²	R\$249,78
1.6	Retirada de entulho em caminhão	R\$111,77	6/m ³	R\$670,62
1.7	Piso de concreto desempenado espessura 10 cm	R\$48,11	6/m ²	R\$288,66
TOTAL				R\$224.255,29
BDI = 23,54%				R\$52.789,72
VALOR TOTAL MÁXIMO				R\$277.045,12

ITEM 2 - SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PLANIALTIMÉTRICO

Item 2 - Serviços de Topografia para Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, para uma área estimada de 35.798,08 m ² , com o objetivo de obter a locação e nivelamento das edificações, vias, estacionamento e dos serviços de infraestrutura urbana.(*)				
SUB ITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	QUANT/ UNIDADE	VALOR
2.1	Levantamento planialtimétrico cadastral	R\$ 1,30	35.798,08 m ²	R\$ 46.537,50
2.2	Instalação de marco georeferenciado	R\$ 1.300,00	02	R\$ 2.600,00
TOTAL				R\$ 49.137,50
BDI = 23,54%				R\$ 11.566,97
VALOR TOTAL MÁXIMO				R\$ 60.704,47

(*) Item 2 terá tratamento diferenciado para ME/EPP.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2014 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/160502

Fonte: Tesouro

Programa de Trabalho: 063.092

Elemento de Despesa: 339000

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta

licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA VISTORIA

4.1 A licitante será responsável por realizar vistoria nos locais de realização dos serviços, às suas próprias expensas, conforme condições previstas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital. A realização de vistoria por parte do licitante não será de caráter obrigatório, porém, a ausência da visita implicará o licitante assumir os ônus decorrentes de tal omissão, afastando a precedência de quaisquer futuras alegações quanto às dificuldades na execução dos serviços, repactuação de preços (se for o caso) ou condições de contrato, entre outras (Acórdão 4008/2010-2ª Câmara).

4.2 A empresa licitante não poderá alegar posteriormente, o desconhecimento de qualquer fato ou aspecto do serviço de engenharia objeto deste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inc III, do art. 13, do Decreto nº 5.540/2005).

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inc IV art. 13, do Decreto nº 5.540/2005).

6.5. Não serão admitidas propostas do licitante em desacordo com o Anexo I.

6.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.7.1. Valor global ou total do item;

6.7.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

6.7.2.1. Apresentar a logomarca do licitante ou apenas identificação com nome ou sua razão social, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

6.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência*, Anexo I do Edital.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. A falta de resposta aos questionamentos do Pregoeiro, durante a sessão pública, poderá ser entendida como desistência total da proposta, ensejando na sua desclassificação e sujeitando o licitante às penalidades previstas em lei.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro. Será considerado vencedor o licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR SUBITEM QUE COMPÕE O VALOR GLOBAL, TOMANDO-SE POR BASE O VALOR MÁXIMO QUE A ADMINISTRAÇÃO PODE PAGAR**. Cada preço unitário dos itens deverá ser menor que o preço máximo indicado no presente Edital, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos.

7.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.16. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento)

acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.21.1. Prestados por empresas brasileiras;

7.21.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.22. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observando o critério de julgamento.

8.2. O CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS SERÁ O MENOR PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL, TOMANDO-SE POR BASE O VALOR MÁXIMO QUE A ADMINISTRAÇÃO PODE PAGAR (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA), e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um de seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com o Termo de Referência anexo a este edital.

8.4. Será igualmente desclassificada a proposta manifestamente inexequível. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade de remuneração.

8.5. Para efeito de cálculo de inexequibilidade de proposta de preço, será observado o que prescreve o Art 48, da Lei 8.666/93 aplicado de forma subsidiária, de acordo com o Art 9º da Lei 10.520/2002

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §3º do artigo 43 da Lei 8.666/93, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8. Após o término etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro convocará o licitante para enviar documentação digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema ComprasNet (“Enviar Anexo”), ou via fac-símile (fax) número (061) 3415-5091, ou via e-mail: cpl@dec.eb.mil.br (os arquivos não poderão ser maiores que 03 (três) megabytes, tendo em vista restrição técnica do servidor de e-mail) ou pregoeiro.dec@gmail.com, no prazo de até 02 (duas) horas após a convocação de envio de documentos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.8. A Proposta de Preços inicial contendo os valores unitários de cada subitem e o valor global do item, atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, deverá ser encaminhada após convocação do pregoeiro, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deve ser digitada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, devendo ainda conter:

8.8.1 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.8.2 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.8.2.1 na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.8.2.2 nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.8.2.3 todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.8.2.4 não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.8.3 Cronograma físico-financeiro, conforme modelo constante no Anexo XII deste Edital.

8.8.3.1 o cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra

8.8.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.8.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

8.8.6 Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8.8.7 Termo de Vistoria (Anexo XIII) ou Termo de Não Vistoria (Anexo XIV), Orçamento Descritivo detalhado elaborado no mesmo modelo adotado no Termo de Referência (Anexo I), compreendendo folha resumo e orçamento, para os serviços previstos no objeto deste edital, com quantidades e preços (unitários, parciais e totais) de todas as etapas de serviços, tudo apresentado sob a forma de planilha.

8.8.8 O Orçamento Estimativo constante do Anexo I apresenta os **PREÇOS UNITÁRIOS** e as **QUANTIDADES** de **cada subitem formando um único item. Esses dados devem ser considerados como estimados e correspondem à referência máxima de preços para a presente licitação.** Cada licitante deve, segundo

metodologia própria, avaliar e adotar os seus próprios valores. A eventual diferença entre o quantitativo executado e aquele constante da proposta não será objeto de acréscimo ou redução de serviços para fins de pagamento.

8.8.9. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme consta no modelo de Proposta de Preços, no Anexo V deste Edital;

8.8.9.1. os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

8.8.9.2. as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.8.9.3. os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquida – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.8.9.4. as empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigados a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar 123/2006;

8.8.9.5. a composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.14. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica e da regularidade fiscal federal e trabalhista por meio de consulta “on line”.

9.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inhabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas,

empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.6. Habilitação jurídica:

9.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.6.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.7.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.7.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

9.7.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.7.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.8.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

9.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.8.2.2. em se tratando de licitação para locação de materiais, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

9.8.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

9.8.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de: com relação ao Item 1 – Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviço de sondagem pelo processo de sondagem mista (percussão + rotativa) com, no mínimo, 22 (vinte e dois) furos, 374 (trezentos e setenta e quatro) metros em sondagem a percussão SPT e 66 (sessenta e seis) metros de sondagem rotativa em rocha; com relação ao Item 2: Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviço de Levantamento Planialtimétricos (Topográficos) compatíveis com o objeto desta licitação em região urbanizada e com edificações, com uma área igual ou superior a 17.500 (dezessete mil e quinhentos) metros quadrados.

9.6.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), em plena validade;

9.6.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, registrado ou não no CREA, nos termos do artigo 57 da Resolução CONFEA nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo os serviços de sondagem e topografia.

9.6.3. Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação de que possui, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais de nível superior capacitados ao objeto da licitação, cujo vínculo poderá ser comprovado por intermédio de

apresentação de contrato de prestação de serviço. (conforme Acórdão 361/2006 Plenário).

9.6.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

9.6.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.6.6. Indicação das instalações e do aparelhamento disponíveis para a execução do objeto, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

9.6.7. Termo de Vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelos constantes dos Anexos VIII e IX.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, mediante convocação via campo próprio do sistema ComprasNet, via fac-símile (fax) (61) 3415-5091, ou via e-mail cpl@dec.eb.mil.br (os arquivos não poderão ser maiores que 03 (três) megabytes, tendo em vista restrição técnica do servidor de e-mail) ou pregoeiro.dec@gmail.com, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via sistema, fac-símile (fax) ou e-mail;

9.8. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.8.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.8.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

9.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.12.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

9.12.2 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.

9.13. O licitante que estiver concorrendo em mais de um item ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, sob pena de inabilitação.

9.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. – DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido **o prazo de no mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de% (....) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

12.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

12.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

12.7.1. caso fortuito ou força maior;

12.7.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

12.7.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

12.7.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

12.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

12.9. Será considerada extinta a garantia:

12.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.9.2. no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceito instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmada contratação, cujo prazo de vigência será iniciado na data da assinatura do contrato e expirado após decorridos 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.4. A recusa injustificada da Licitante vencedora em receber aquele instrumento obrigacional caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, conforme cláusula 17 deste Edital.

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

13.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14. DO REAJUSTE

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da liquidação da Nota Fiscal/Fatura no SISTEMA SIAFI, pelo Setor Financeiro do DEC. A Nota Fiscal deverá conter o detalhamento dos serviços executados e será apresentada em 02 (duas) vias.

17.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Fiscal do Contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura e da Planilha de Medição apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, conforme condições previstas no Termo de Contrato anexo a este edital.

17.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.4.1. não produziu os resultados acordados (ex: não cumpriu o cronograma físico-financeiro);
- 17.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.4.4. se a contratada cumprir o cronograma físico-financeiro conforme as cláusulas deste Edital e do Contrato, e conforme jurisprudência do STJ e TCU, não será retido o seu pagamento.

17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional

17.12.2. não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $(\frac{6}{100})$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18. DO MANEJO AMBIENTAL.

18.1 Durante a execução dos serviços, deverão ser preservadas as condições ambientais, exigindo-se, entre outros, os seguintes procedimentos:

18.1.1 A responsabilidade direta ou indireta por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros **é da exclusiva responsabilidade da executante.**

18.1.2 Durante o desenrolar dos serviços, deverá ser evitado o tráfego desnecessário de equipamentos ou veículos por terrenos naturais, de modo a evitar a sua desfiguração.

18.1.3 O local dos serviços (no que couber) deverá respeitar as normas ambientais vigentes; sendo equipado com banheiros químicos, que impedirão o lançamento de dejetos em cursos d'água, evitando sua poluição. O espaço destinado às refeições deverá ser protegido de agressões solares e precipitações, lançando-se mão de toldos ou de outros tipos de coberturas.

18.1.4 A licitante vencedora deverá cumprir, no que couber, as determinações constantes da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não mantiver a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/ ou o conluio

entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Departamento de Engenharia e Construção – DEC, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III do art 87 da Lei 8.666/93;

19.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art 4, da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Contrato.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@dec.eb.mil.br, pelo fax (061) 3415 – 5091. Ou por petição dirigida ou protocolada no Departamento de Engenharia e Construção, 3º Piso do Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano, CEP 70.630-901, Brasília/DF.

20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico “www.comprasnet.gov.br”, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Engenharia e Construção, Bloco B, 3º Piso do Quartel do General do Exército, situado no Setor Militar Urbano, Brasília/DF, CEP 70630.901, nos dias úteis, no horário das 09:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:00 horas (de segunda-feira a quinta-feira) e das 09:30 às 11:30 horas (na sexta-feira), na Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC, mesmo endereço e período nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados..

22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VII - PROCURAÇÃO

ANEXO VIII - TERMO DE VISTORIA

ANEXO IX – TERMO DE NÃO VISTORIA

**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO -
(INDEPENDENTE DE PROPOSTA)**

ANEXO XI - MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO

ANEXO XII - MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

**ANEXO XIII – MODELO DE PLANILHA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS
INDIRETAS - BDI**

Brasília/DF, 03 de setembro de 2014.

APROVO:

CLOVIS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO - Cel

Ordenador de Despesas do DEC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 79/2014

PREGÃO N° 05/2014 – DEC

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade estabelecer as normas específicas para a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de Serviços de Investigação Geotécnica e de Topografia, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo “Menor Preço”, de acordo com este Termo de Referência deste edital e observadas as normas técnicas da ABNT.

Caso ocorra alguma omissão neste Termo de Referência, valerão a melhor técnica corrente e as normas técnicas pertinentes da ABNT.

2. OBJETO

Constitui-se como objeto desta licitação a contratação de empresa para a execução de serviços de engenharia, para a execução de Serviços de Investigação Geotécnica por meio de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) em 44 (quarenta e quatro) furos, com a previsão de sondagem rotativa na ocorrência de rocha, até uma profundidade média de 20 metros (SPT + rotativa) em cada furo; e, de Serviços de Topografia para Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, para uma área estimada de 35.798,08 m², com o objetivo de obter a locação e nivelamento das edificações, vias, estacionamento e dos serviços de infraestrutura urbana, conforme especificações contidas neste anexo.

3. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição visa prover o Departamento de Engenharia e Construção – DEC de serviços de engenharia, caracterizados pela realização de Estudos Geotécnicos mediante necessidade de identificar adequadamente as diversas camadas do solo, assim como à avaliação de suas propriedades de resistência com o objetivo de dimensionar adequadamente a estrutura de suporte da edificação – fundação – garantindo a segurança da mesma. Além dos serviços de sondagens, há a necessidade do levantamento topográfico cadastral da área hoje ocupada pelo Instituto de Biologia do Exército e da Escola de Saúde do Exército, indicado em planta, para que se tenha graficamente a locação dos edifícios, divisas, vias internas e externas, infraestrutura urbana disponível (redes de água potável, esgoto, águas pluviais, telefone, etc. ...). Os dados obtidos são necessários para o desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia para as novas instalações das Unidades Militares a serem edificadas naquela área.

4. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Para efeito das presentes especificações, o termo DEC ou CONTRATANTE significa DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, órgão do Exército Brasileiro que contratará os serviços, o termo CONTRATADA define a

empresa que executará os serviços, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o DEC perante a CONTRATADA e a quem este último deverá se reportar.

5. DA FORMA DE COTAÇÃO E RECURSOS DISPONIBILIZADOS

5.1. Para efeito de cotação, será levado em conta o **MENOR PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL.**

5.2. Os recursos foram descentralizados ao DEC, por meio da Nota de Crédito nº. 2014NC2963, de 18 de Agosto de 2014, PTRes 063.092, com a finalidade de realizar os estudos preliminares e à elaboração do anteprojeto da Nova Escola de Saúde do Exército.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada a licitante(sede da empresa), que comprove atividade relacionada com o objeto deste Pregão.

6.2 Prova de capacidade técnica da empresa:

6.2.1 Com relação ao item 1:

Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviço de sondagem pelo processo de sondagem mista (percussão + rotativa) com, no mínimo, 22 (vinte e dois) furos, 374 (trezentos e setenta e quatro) metros em sondagem a percussão SPT e 66 (sessenta e seis) metros de sondagem rotativa em rocha.

6.2.2. Com relação ao item 2:

Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviço de Levantamento Planialtimétricos (Topográficos), compatíveis com o objeto desta licitação em região urbanizada e com edificações, com uma área igual ou superior a 17.500 (dezessete mil e quinhentos) metros quadrados.

6.3. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a licitante na data da sessão de abertura deste Pregão.

Comprovação de a licitante possuir em seus quadros profissionais de nível superior capacitado ao objeto da licitação, o qual poderá ser comprovado por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço(Acórdão 361/2066 Plenário).

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:

7.1. Os serviços a serem prestados são caracterizados por Sondagens a Percussão (SPT), Sondagens Rotativas e Levantamento Planialtimétrico (Topográficos), que serão utilizados para futura elaboração de projeto da Nova Escola de Saúde do Exército - EsSEx, e do Novo Instituto de Biologia do Exército - IBEx, localizados no Bairro do Benfica, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

7.2. Será considerada vencedora a empresa que oferecer **o menor valor por subitem e total conforme critério de aceitabilidade para os serviços em questão.** Este valor deverá ser inferior ao “Valor Total Máximo” indicado, e caso contrário a referida proposta não será considerada válida. O mesmo se

aplica em cada preço unitário proposto, que não poderá ser superior ao “Preço Unitário Máximo”.

7.3. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o menor preço por subitem e do valor total do item, tomando-se por base o valor máximo que a administração pode pagar, indicados na TABELA 1 (ITEM 1) e TABELA 2 (ITEM 2) do presente termo de referência.

7.4 No caso do licitante cotar qualquer valor maior em relação ao estabelecido ao estabelecido na TABELA 1 (ITEM 1) e TABELA 2 (ITEM 2) do presente termo de referência terá a sua proposta de desclassificada.

7.5. Os preços unitários máximos e o total máximo em questão são indicados na TABELA 1 (ITEM 1) e TABELA 2 (ITEM 2) a seguir:

TABELA 1
ITEM 1 - SERVIÇOS DE SONDAGEM

ITEM 1 - Serviços de Investigação Geotécnica por meio de sondagem a percussão tipo SPT (Standart Penetration Test) em 44 (quarenta e quatro) furos, com a previsão de sondagem rotativa na ocorrência de rocha, até uma profundidade média de 20 metros (SPT + rotativa) em cada furo				
SUBITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	QUANT.	VALOR
1.1	Serviço de mobilização e desmobilização	R\$513,70	01/un	R\$513,70
1.2	Sondagem a percussão SPT 3"	R\$149,34	748/m	R\$111.706,32
1.3	Sondagem rotativa 3" rocha média	R\$807,70	88/m	R\$71.077,60
1.4	Sondagem rotativa 3" em rocha sã	R\$903,38	44/m	R\$39.748,72
1.5	Demolição e retirada de piso em geral	R\$41,63	6/m ²	R\$249,78
1.6	Retirada de entulho em caminhão	R\$111,77	6/m ³	R\$670,62
1.7	Piso de concreto desempenado espessura 10 cm	R\$48,11	6/m ²	R\$288,66
TOTAL				R\$224.255,29
BDI = 23,54%				R\$52.789,72
VALOR TOTAL MÁXIMO				R\$277.045,12

Período de contratação: **12 meses.**

Período de execução de serviços: **60 (sessenta) dias**

Valor total máximo pelo serviço da TABELA 1 (ITEM 1): **R\$ 277.045,12**
(duzentos e setenta e sete mil, quarenta e cinco reais e doze centavos).

Data de referência do orçamento: maio/2014

TABELA 2

ITEM 2 - SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PLANIALTIMÉTRICO

Item 2 - Serviços de Topografia para Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, para uma área estimada de 35.798,08 m², com o objetivo de obter a locação e nivelamento das edificações, vias, estacionamento e dos serviços de infraestrutura urbana.				
SUB ITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO	QUANT/ UNIDADE	VALOR
2.1	Levantamento planialtimétrico cadastral	R\$ 1,30	35.798,08 m²	R\$ 46.537,50
2.2	Instalação de marco georeferenciado	R\$ 1.300,00	02	R\$ 2.600,00
TOTAL				R\$ 49.137,50
BDI = 23,54%				R\$ 11.566,97
VALOR TOTAL MÁXIMO				R\$ 60.704,47

Período de contratação: 12 meses.

Período de execução de serviços: 60 (sessenta) dias

Valor total máximo pelo serviço da tabela 2 (item 2): R\$ 60.704,47
(sessenta mil, setecentos e quatro reais e quarenta e sete centavos)

Data de referência do orçamento: maio/2014

Valor total máximo dos serviços constantes da Tabela 1 (item 1) mais a Tabela 2 (item 2): R\$ 337.749,59 (trezentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

TABELA 3	
COMPOSIÇÃO DE BDI	
	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
LUCRO	7,40%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,07%
Seguros + Garantias	0,80%
Riscos	1,27%
TRIBUTOS	6,65%
ISS (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	23,54%

Os percentuais acima apresentados são baseados no Acórdão 2622/2013 - Plenário do TCU, de 25/09/2013, páginas 109 à 111.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.

7.5.1. Critérios adotados para definição do valor total máximo

a. Utilização de preços referenciais do SINAPI

“O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.”

Fonte Normativa: Art. 3º, Decreto Nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

b. Utilização de preços constantes do sistema de registro de preços ou vigentes para o mesmo objeto em outros órgãos

“pode ser feita também com base em preços fixados por órgão oficial competente ou com os constantes do sistema de registro de preços, ou ainda preços para o mesmo objeto vigente em outros órgãos, desde que em condições semelhantes;

Fonte Normativa: Licitações & Contratos – TCU - 3ª Edição, http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos/9%20Estimativa%20de%20valor%20da%20contrata%C3%A7%C3%A3o.pdf.

c. Utilização de três cotações em fornecedores distintos ou preços referenciais nos sistemas oficiais

“no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que antecederem os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado”. E que, “caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada”.

Fonte Normativa: Acórdão n.º 1266/2011-Plenário e precedentes citados no acórdão: Acórdãos nos 568/2008, 1.378/2008, 4.013/2008, 5.262/2008, 3.506/2009, da 1ª Câmara, 2.809/2008, 1.344/2009, 3.667/2009, da 2ª Câmara, e 1.379/2007, 837/2008, e 3.219/2010, do Plenário.

Foi utilizado o preço referencial do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), no que tinha disponível e complementado com itens do "INFORMATIVO SBC", referente ao relatório de composições para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, emitido em 05/2014, conforme composições e códigos indicados em tabela a seguir.

TABELA INDICATIVA DOS CÓDIGOS DOS ITENS DE ORÇAMENTO

Código	Descrição Básica	Unidad e	Local do Custo
72733 SINAPI	Mobilização e desmobilização de equipamento de sondagem a percussão	un	Rio de Janeiro/RJ
62626 SBC	Sondagem SPT	m	Rio de Janeiro/RJ
000016 SBC	Sondagem Rotativa em rocha média	m	Rio de Janeiro/RJ

000018 SBC	Sondagem Rotativa em rocha sã	m	Rio de Janeiro/RJ
022575 SBC	Demolição e retirada de pisos em geral	m ²	Rio de Janeiro/RJ
020180 SBC	Retirada de entulho caminhão	m ³	Rio de Janeiro/RJ
040404 SBC	Piso de concreto desempenado espessura de 10 cm	m ²	Rio de Janeiro/RJ
75144 SBC	Levantamento planialtimétrico cadastral	m ³	Rio de Janeiro/RJ
5805 SBC	Instalação de marco georreferenciado	un	Rio de Janeiro/RJ

7.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:

7.6.1. Os serviços a serem prestados são caracterizados por Sondagens a Percussão (SPT), Sondagens Rotativas e Levantamento Planialtimétrico (Topográficos), que serão utilizados para futura elaboração de projeto da Nova Escola de Saúde do Exército - EsSEx, e do Novo Instituto de Biologia do Exército - IBEx, localizados no Bairro do Benfica, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

A(s) contratada(s) deverão fazer um reconhecimento prévio dos locais de trabalho, não se admitindo reclamações posteriores sobre as dificuldades encontradas na execução dos serviços.

A vistoria do local de execução dos serviços, não é obrigatória, caso a licitante queira vistoriar os locais onde serão executados os serviços, deverá fazê-lo até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e do grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário das 10 às 16 horas, até o segundo dia útil anterior à data de abertura deste Pregão pelo seguintes telefones:

- ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO - EsSEx

telefones: (21) 3878 9471 e 3878 9434 - 4ª Seção

- INSTITUTO DE BIOLOGIA DO EXÉRCITO -

telefones: (21) 3890 2135 - Gabinete e (21) 3890 2104 - Divisão Administrativa.

Conforme a opção da licitante com relação a vistoria, deverá preencher e anexar em sua proposta, a declaração constante do ANEXO .VIII - TERMO DE VISTORIA ou ANEXO IX - TERMO DE NÃO VISTORIA.

7.6.1.1. Dos serviços de Sondagens a Percussão (SPT) e Sondagens Rotativas (Sondagens Mistas)

7.6.1.1.a) Dos serviços de Mobilização e Desmobilização:

Os serviços de mobilização e desmobilização consistem no transporte, montagem e desmontagem de um ou mais equipamentos para o local de realização dos furos de sondagem. Será computado somente um serviço desta natureza, pois considera que os deslocamentos sejam da origem até o local da futura obra, no início, e dali ao ponto de origem, quando encerrados os serviços.

Caso a contratada coloque uma quantidade maior de equipamentos, será considerada somente uma mobilização e desmobilização.

A equipe envolvida nos trabalhos deverão estar devidamente credenciadas antes do início dos trabalhos de campo, assim como os veículos e equipamentos a serem utilizados.

Ao final dos serviços, a CONTRATADA deverá remover todo o equipamento, instalações, sobras de material e o material não utilizado, os detritos e outros materiais equivalentes, de propriedade da CONTRATADA, ou utilizados durante o serviço sob a sua orientação. Todas as áreas deverão ser entregues completamente limpas, devendo ser observado os critérios de Segurança Operacional. Também deverá ser recuperado todo o revestimento no local dos furos, removendo o entulho.

7.6.1.1.b) Dos serviços de sondagem:

A sondagem mista deve ser executada em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), destacando-se a NBR

6484 “Solo - Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT - Método de Ensaio” e NBR 8036 “Programação de Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edifícios”. Poderão ser utilizadas outras normas sobre o assunto, desde que não contrariem ou diminuam as da ABNT.

- A sondagem mista deve ser executada inicialmente sempre com a sondagem à percussão no trecho penetrável e sondagem rotativa para o mesmo furo, no trecho impenetrável à percussão.

- Deverão ser executados os furos de sondagem, de acordo com a planta de locação dos furos, observado que estão locados 34 (trinta e quatro) furos e os restante 10 (dez) terão as suas locações definidas pela fiscalização, na melhor possibilidade de sua execução;

- A disposição dos furos de sondagem indicados na planta de locação, foi marcada considerando que parte das novas edificações serão construídas onde hoje existem edificações ocupando o mesmo espaço;

- Durante o avanço da sondagem, ao se verificar ocorrência de água, deve-se interromper o trabalho e registrar a profundidade. Posteriormente, deve-se aguardar sua estabilização e registrar a profundidade de sua superfície.

- Se a sondagem à percussão atingir camada de solo de compacidade ou consistência elevada, e as condições geológicas locais mostrarem não haver possibilidade de se atingir camadas menos consistentes ou compactas, o avanço deverá proceder por meio de sondagem rotativa, sempre se respeitando os critérios estabelecidos na NBR-6484.

- Quando, no avanço da sondagem rotativa, houver avanço maior de 0,50 m de material mole ou inconsistente, deverá ser retomada a sondagem à percussão até atingir uma nova camada resistente à penetração do amostrador SPT.

- São indicadas sondagens rotativas de diâmetro N (88,9 mm) e/ou B (73,0 mm), com barriletes simples e/ou duplo, revestimentos do grupo X e coroas diamantadas (admissível uma redução de diâmetro - N para B), compatível com o diâmetro do amostrador SPT.

- A profundidade da sondagem mista e seus critérios de parada devem seguir os seguintes critérios, prevalecendo aquele que primeiro for atendido:

- 1) Profundidade máxima, da sondagem rotativa, de 5 (cinco) metros dentro da camada impenetrável à percussão;
 - 2) Profundidade total (percussão e rotativa) estimada inicialmente em 20 (vinte) metros, a contar do nível do terreno, só podendo ultrapassar esta profundidade com prévia autorização da Fiscalização.
- Os testemunhos da sondagem rotativa devem ser acondicionados em caixas adequadamente dimensionadas para o diâmetro em uso e posteriormente fotografados.
- Os resultados da sondagem mista devem ser apresentados em relatório impresso (1 via em papel sulfite, tamanho A4 e encardinado) e digital (1 cd com arquivos de textos em extensão “doc” ou “pdf”, planilhas em extensão “xls” e desenhos em extensão “dwg”), onde devem constar:

- 1) Planta de locação dos furos de sondagem;
- 2) Descrição sumária dos procedimentos e equipamentos utilizados;
- 3) Comprimento total em metros de sondagem à percussão;
- 4) Comprimento total em metros de sondagem rotativa;
- 5) Perfil individual de cada sondagem;
- 6) Perfil transversal do subsolo do terreno (escala 1:100);
- 7) Fotografias das amostras das camadas do subsolo;
- 8) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA; e,
- 9) Assinatura do responsável técnico.

– O perfil individual de cada sondagem deve conter:

- 1) Número da sondagem;
- 2) Data do início e término da sondagem;
- 3) Cota da boca do furo de sondagem;
- 4) Profundidades e cotas na vertical;
- 5) Profundidades, em relação à boca do furo, das camadas e do final da sondagem;
- 6) Posição e identificação das amostras, conforme NBR 6502 “Rochas e Solos”;

- 7) Convenção gráfica das camadas de solo, conforme NBR 6502;
- 8) Índice de resistência à penetração;
- 9) Recuperação dos testemunhos (efetiva e/ou RQD);
- 10) Motivo do término da sondagem;
- 11) Posição do nível d'água encontrado e a respectiva data da observação. Indicar se houve pressão ou perda de água durante a perfuração; e,
- 12) Outras observações complementares.

7.6.2 Dos serviços de Levantamento Planialtimétrico (topográficos):

- O serviço de Levantamento Planialtimétrico (topográficos), consiste no irradiamento de pontos, numa área definida pela Fiscalização, com o objetivo de detalhar o terreno, criando um “modelo digital do terreno” que tenha condições de representar a sua topografia, permitindo a elaboração de projeto executivo de geometria, terraplenagem, drenagem e a localização das novas edificações;.
- Os levantamentos topográficos deverão ser executados de maneira a fornecer todos os subsídios necessários para o desenvolvimento dos projetos executivos com a indicação da situação planialtimétrica da área e o levantamento planimétrico detalhado de todas as edificações existentes e objetos contidos na área, incluindo-se as tubulações enterradas, caixas de passagem, caixa d'água, etc. ...
- A área a ser levantada está indicada em planta anexa;
- A contratada deverá fazer a demarcação de uma poligonal fechada, o nivelamento de uma malha interna eqüidistante 20,00 m, ou menos;
- O levantamento de todos os pontos notáveis internos à área (edificações, linhas de energia elétrica, locação do ponto de entrada/saída de serviços tais como: energia elétrica, água potável, esgoto, águas pluviais, telefone; vegetação de porte, cercas, tubulações, vias internas, vias de acesso a área, calçada e via externa, meio fio, etc.). Também na área externa, nas via frontal e lateral do terreno, deverá ser levantado os pontos notáveis de testada a testada de lotes frontais, indicando a largura e cota dos passeios, da largura e cota dos pavimentos das vias, da localização das bocas de lobo nos meios fios, dos

poços de visita das redes de águas pluviais e de esgoto, de registros de manobra da rede de água potável, da localização dos pontos de ônibus, dos postes das redes de serviço de distribuição de energia elétrica e de telefone, etc. ...

- Além dos elementos de cálculo será apresentado um desenho onde conste a poligonal, pontos de inflexão, distância e azimutes dos segmentos, cotas dos pontos, curvas de nível de metro em metro. A escala normal de apresentação será de 1:200.

- Deverão ser implantados, no mínimo, 02 (dois) marcos geodésicos, materializados com chapas de bronze ou alumínio cravadas sobre marcos ou estruturas de concreto, preferencialmente nos vértices da poligonal. As coordenadas planas UTM dos marcos deverão ser determinadas através de tecnologia GPS, com precisão em pós-processamento melhor que 5 mm + 1 ppm.. O nivelamento dos marcos deverá ser realizado por processo direto ou geométrico, a partir de RN da FIBGE ou outra confiável, referenciado ao SISGAS (Sistema Geodésico Brasileiro);

- Todos os vértices do terreno deverão ser materializados por meio de marcos em concreto;

- O levantamento deverá partir das vias públicas existentes para o imóvel;

- Os serviços de levantamento topográfico - Poligonais deverá obedecer às normas de metodologia da Classe IIP da NBR 13.133/1994. As poligonais secundárias deverão estar amarradas a principal, de forma a permitir a demonstração dos cálculos de seu fechamento.

8. CONDIÇÕES:

8.1. Prazo de Início:

A CONTRATADA deverá iniciar os serviços no prazo estabelecido na Ordem de Serviço.

8.2. Prazo de Execução:

O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias corridos, conforme definido na ordem de serviço.

8.3. Prazo de Vigência Contratual:

O prazo de vigência contratual será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos** a contar da assinatura do contrato.

8.4. Condições de execução:

8.4.1. A CONTRATADA poderá utilizar o número de equipamentos de sondagem que desejar desde que cumpra o prazo acordado. Havendo alteração de locais, o prazo será definido por meio das ordens de serviço;

8.4.2. Não será aceita a subcontratação do objeto, no todo ou em parte.

8.5. LOCAL DE EXECUÇÃO

EsSEx – Escola de Saúde do Exército, situada à rua Francisco Manoel nº 40/44 Benfica – Rio de Janeiro/RJ.

IBEx - Instituto de Biologia do Exército, situado à rua Francisco Manoel nº 102 Benfica - Rio de Janeiro/RJ.

A localização dos pontos de sondagens a percussão e rotativa a serem executadas estão indicados na planta EsSEx - Planta de Sondagem - 2.

Serão realizados um total de 44 (quarenta e quatro) furos de sondagens SPT e rotativo, sendo que em planta estão locados 34 pontos e 10 (dez) furos serão indicados pela FISCALIZAÇÃO na melhor locação que for possível de serem realizados. Da mesma forma serão tratados aqueles que estão locados em planta e não possam ser executados.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Como se trata de contratação em regime de empreitada por preço unitário, os serviços serão medidos pelas unidades das atividades desenvolvidas satisfatoriamente, de acordo com as orientações da FISCALIZAÇÃO e com as especificações técnicas deste Anexo.

Os serviços serão pagos, após a apresentação da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, juntamente com o comprovante de pagamento, e do laudo técnico registrados no CREA da região, ou seja, no CREA-RJ, considerando-se a quantidade unitária de serviços realizados, acompanhados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

Os serviços de mobilização/desmobilização dos equipamentos de sondagem serão pagos após a comprovação da desmobilização dos equipamentos com a retirada de entulhos e da limpeza dos locais de execução dos serviços.

Após aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá o CONTRATADO emitir e apresentar a respectiva nota fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, para que o Ordenador de Despesas do DEC possa efetuar o devido pagamento, nos termos do edital e do contrato.

As notas fiscais/faturas, com a discriminação dos serviços executados, deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO para o atesto das mesmas.

10. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO SERVIÇO:

10.1. A CONTRATANTE receberá o serviço da CONTRATADA em duas etapas: a provisória e a definitiva.

10.2. Quando o objeto deste edital ficar inteiramente concluído, a CONTRATADA solicitará à CONTRATANTE a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. Desde que a CONTRATANTE julgue que o estado geral dos relatórios/documentos técnicos justifique esse procedimento, esta terá um prazo de 15 (quinze) dias corridos para proceder às análises necessárias e lavrar o referido termo.

10.3. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se este for confeccionado, só será lavrado após a CONTRATADA executar: a correção de todos os danos e imperfeições causadas nas imediações do local da realização do serviço, em decorrência da execução do objeto desta licitação.

10.4. Os serviços executados pela CONTRATADA que não satisfizerem as condições de recebimento serão recusados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE. Estes deverão ser refeitos dentro do prazo de execução fixado no Termo de Contrato. A critério da CONTRATANTE, desde que o prazo contratual se torne insuficiente, poderá ser concedido novo prazo para o refazimento do serviço rejeitado. Se este novo prazo não for cumprido, a CONTRATADA poderá ser sancionada conforme previsto no contrato.

10.5. Será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO após o prazo mínimo 60 (sessenta) dias corridos e no máximo 90 (noventa) dias corridos, contados da data do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se for verificado que a CONTRATADA corrigiu/complementou todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE dos serviços contratados e das exigências contratuais.

10.5.1. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO deverá ocorrer dentro da vigência contratual, e se por algum motivo superveniente extrapolar esse prazo, a Administração poderá aditivar para permitir a concretização dos recebimentos provisórios/definitivos na forma do art. 73 da Lei 8666/93.

10.6. Para ser lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a CONTRATADA apresentará a Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS. O referido termo poderá ser substituído pelo encerramento do contrato, com base no aceite dos serviços pela liquidação das notas fiscais, durante à prestação dos serviços, seja pela manifestação formal da

ADMINISTRAÇÃO ou por expiração após o término do prazo indicado no contrato e publicado por essa no Diário Oficial da União.

10.7. O prazo de responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos, previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro e do Edital, inicia na data de lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11. DAS OBRIGAÇÕES:

11.1. Da(s) licitante(s) vencedora(s):

11.1.1. O prazo para a execução dos serviços de Engenharia caracterizados pela realização de estudos geotécnicos por meio de sondagens e de topografia, necessários à elaboração de projetos na área da Escola de Saúde do Exército (EsSEx) e do Instituto de Biologia do Exército - IBEx serão definidos quando da expedição da Ordem de Serviço, tomando-se como base o prazo indicado.

11.1.2. Executar o serviço dentro das Normas Legais previstas (INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ISSO e outras), dentre as demais previstas no competente Edital/Contrato, conforme as suas prescrições, devendo-se observar os aspectos referentes às Legislações Ambientais Federal e Estadual durante todo o período de execução dos serviços dentro dos prazos e condições estabelecidas, assumindo todas as despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto desta licitação pública.

11.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à ADMINISTRAÇÃO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta licitação, não podendo ser erguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a ADMINISTRAÇÃO proceder à fiscalização ou acompanhamento da entrega do objeto desta licitação.

11.1.4. Substituir relatórios finais, complementar e/ou refazer serviços às suas expensas, todos aqueles que não forem aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

11.1.5. Manter, durante toda a vigência do edital, as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

11.1.6. A Licitante vencedora, após celebração do contrato, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que

a Administração entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do § 1º do Artigo 65 da Lei Nº. 8.666/93. Fica estabelecido que a Contratante poderá realizar supressão superior a 25 %, desde que por acordo entre as partes e mediante termo aditivo, que será devidamente assinado pelas partes contratantes, conforme Inciso II do §2º do Art. 65 da Lei Nº 8.666/93.

11.1.7. Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, inclusive mão-de-obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução, serão de responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s) adjudicada(s).

11.1.8. As Ordens de Serviço afetas a esta licitação deverão ser emitidas pelo DEC, localizado na Avenida do Exército, QGEx, bloco B, 3º. Piso, Brasília, DF, Telefone (61) 3415-5081 ou (61) 3415-5077.

11.1.9. De acordo com cláusula especificada na minuta de contrato, o objeto (serviço) da presente licitação será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, para posterior comprovação da conformidade dos relatórios técnicos e laudos, com as especificações técnicas;
- b) definitivamente, pelo DEC, sob responsabilidade do fiscal de contratos, quando da liberação de cada Nota Fiscal;
- c) rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no neste Termo de Referência ou apresentarem inconsistências.

11.1.10. Cabe à CONTRATANTE, a seu critério, e por intermédio de representante designado, exercer acompanhamento e fiscalização das fases de execução do contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e irrestrito, a ação do fiscal.

11.1.11. Cabe a CONTRATADA em relação aos seus empregados:

- a) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- b) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- c) Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;

- d) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- e) Atender às solicitações da FISCALIZAÇÃO quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- f) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- g) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- h) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- l) A CONTRATADA deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados. Após o recebimento provisório do serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil. Deverá ser providenciada baixa, junto ao CREA da região, da responsabilidade técnica de todos os envolvidos.
- m) A CONTRATADA entregará à FISCALIZAÇÃO toda a documentação referente a essas providências.

n) Serviços extras com ônus para o DEC/DPE somente poderão ser executados se autorizados expressamente pela autoridade competente.

11.2.1. Proporcionar à licitante todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei Nº. 8.666/93.

11.2.2. Fiscalizar e acompanhar a execução e a entrega do objeto desta licitação.

11.2.3. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas.

11.2.4. Providenciar os pagamentos à licitante mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.

12. DAS SANÇÕES:

12.1. Na hipótese de descumprimento das normas previstas no edital e de seus anexos, serão aplicadas, após o exercício da ampla defesa e do contraditório, as sanções previstas no Edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A execução do objeto será acompanhada por Fiscal a ser designado pelo DEC, na forma prevista no Art. 67 da Lei Nº. 8.666/93 e em conformidade com este Termo de Referência.

13.2. A(s) licitante(s) deverá(ão) designar um preposto no ato de recebimento da Ordem de Serviço, a fim de atender todo e qualquer questionamento do Fiscal designado.

13.3. As notas fiscais e/ou faturas apresentadas somente serão liquidadas após o ateste do Fiscal designado.

13.4. Será assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão de serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 horas a contar da entrega da Ordem de Serviço

correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado.

Brasília, 09 de outubro de 2014.

Engº. Arnaldo Lopes
CREA - DF 1.588/D

Visto:

RHOAN CARLOS BUSQUIM E SILVA - MAJ
Chefe da Seção de Projetos da DPE
CONFEA 260314859 - 1

JUSTIFICATIVA DO BDI (BENEFÍCIOS OU BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS)

Na elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia envolve dois componentes que formam o preço final da obra: custos diretos e o BDI, havendo íntima relação entre esses dois componentes, pois o percentual de BDI incide sobre o valor dos custos diretos.

De forma mais objetiva, consideram-se custos diretos, aqueles que podem ser associados aos aspectos físicos da obra, detalhados no projeto de engenharia, bem como ao seu modo de execução, determinados pela organização operacional e pela infra-estrutura necessária. Assim, custos diretos são aqueles relacionados aos materiais e equipamentos que comporão a obra, além dos custos operacionais e de infra-estrutura necessários para sua transformação no produto final, tais como mão-de-obra (salários, encargos sociais, alimentação, alojamento e transporte), logística (canteiro, transporte e distribuição de materiais e equipamentos) e outros dispêndios derivados, que devem ser discriminados e quantificados em planilhas. Em atenção ao estabelecido pelo Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário, para serviços de engenharia e obras de edificações, os custos que podem ser identificados, quantificados e mensurados na planilha de custos diretos, por estarem relacionados diretamente com o objeto dos presentes serviços de engenharia, não devem integrar a taxa de BDI, tais como: administração local, canteiro de obras, mobilização e desmobilização, dentre outros. Por outro lado, os componentes que devem formar a taxa de BDI são os seguintes: administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração do particular e tributos incidentes sobre a receita auferida pela execução dos serviços de engenharia.

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPO DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%

PARCELAS DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
PIS, COFINS E ISSQN	Conforme legislação específica		

Valores adotados para a execução dos serviços de engenharia

COMPOSIÇÃO DE BDI	
	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
LUCRO	7,40%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,07%
Seguros + Garantias	0,80%
Riscos	1,27%
TRIBUTOS	6,65%
ISS (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	23,54%

Os percentuais acima apresentados são baseados no Acórdão 2622/2013 - Plenário do TCU, de 25/09/2013, páginas 109 à 111.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.

Brasília, 09 de outubro de 2014

ARNALDO LOPES

Engº. Civil / DPE - CREA - DF 1.588/D

Visto:

RHOAN CARLOS BUSQUIM E SILVA - MAJ

Chefe da Seção de Projetos da DPE

CONFEA 260314859-1

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Nos termos do inciso VII do Art 4º da Lei 10.520, de 15 de julho de 2002, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o Nr _____, situada à _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos para o Pregão Nr01 /2014 – DEC, e que está ciente das penalidades previstas no Art 7º do referido diploma legal.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa
IdtNr

(Timbre da empresa)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaro, para fins de prova junto ao **Departamento de Engenharia e Construção (DEC)**, nos termos do inciso IV do item 7.1 da Instrução Normativa 5-MARE e do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93, que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, situada, não tem contra si, até a presente data, fatos impeditivos para sua habilitação ou que desabonem sua conduta, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da lei.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa

IdtNr

(Timbre da empresa)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaro, para fins de prova junto ao **Departamento de Engenharia e Construção (DEC)**, nos termos do inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, situada....., não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa
IdtNr

ANEXO V
PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data

Referência: Edital do Pregão Eletrônico Nr 05/2014

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (endereço e fax), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao **Departamento de Engenharia e Construção (DEC)**, a prestação do serviço geotécnico para projetos de engenharia abaixo indicado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços:

ITEM - (XXXX)

ITEM (XXXX) Descrição do Item				
SUBITEM	SERVIÇOS	CUSTO UNITÁRIO O MÁXIMO	QUANT.	VALOR
XX.X				
TOTAL				R\$
BDI = 23,54%				
VALOR TOTAL MÁXIMO				R\$

Valor total da proposta R\$ XXXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

Obs: deverá ser inserido orçamento descritivo detalhado e elaborado no mesmo modelo adotado no Termo de Referência (**Anexo I**), compreendendo folha resumo e orçamento para os serviços objeto deste edital, com quantidades e preços (unitários, parcial e total) de todas as etapas de serviços, indicando separadamente os preços de materiais e mão-de-obra, tudo apresentado sob a forma de planilha.

Nos preços acima estão incluídos no gerenciamento do objeto licitado, todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, assistência técnica, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra.

O prazo de execução dos serviços serão definidos quando do recebimento da Ordem de Serviço.

A entrega dos serviços contratados será feita de acordo com o termo de contrato firmado entre ao **DEC** e esta empresa executante.

Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos em assinar o termo de contrato no prazo determinado, indicado para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____(função na empresa), como responsável legal desta empresa;

Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

Finalizando, declaramos que temos conhecimento do local onde serão executados os serviços e estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

A empresa deverá apresentar a composição de preço unitário dos itens indicados conforme o modelo abaixo:

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data

Referência: Edital do Pregão Eletrônico Nr 05/2014

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (endereço e fax), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao **Departamento de Engenharia e Construção (DEC)** a prestação do serviço geotécnico para projetos de engenharia abaixo indicado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, baseando-se nas seguintes composições de preço unitário:

Serviço: _____ (nome)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR			
	PARCIAL	TOTAL		
A - EQUIPE TÉCNICA		R\$		
	(indicar a equipe)			
B - ENCARGOS SOCIAIS		R\$		
	Taxas		% do item "A"	R\$
C - CUSTOS ADMINISTRATIVOS		R\$		
	Taxas		% do item "A"	R\$
D - DESPESAS GERAIS		R\$ -		
D.1 – (indicar despesas consideradas)				
I - CUSTOS DIRETOS (A+B+C+D)		R\$		
II - REMUNERAÇÃO DA EMPRESA		R\$		

	Taxas		% do itens "I"	R\$	
III - DESPESAS FISCAIS		R\$			
	Taxas		% do item "I+II"	R\$	
TOTAL UNITÁRIO (UNIDADE)	R\$				

A composição de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) consideradas foram as seguintes:

- | | |
|---|-------|
| (a) Renumeração: | xxx % |
| (b) Despesas Fiscais consideradas (detalhar todos os percentuais considerados): | xxx % |
| (c) Soma Total de BDI da empresa: | xxx % |

COMPOSIÇÃO DE BDI	
	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
LUCRO	7,40%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,07%
Seguros + Garantias	0,80%
Riscos	1,27%
TRIBUTOS	6,65%
ISS (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	23,54%

Os percentuais acima apresentados são baseados no Acórdão 2622/2013 - Plenário do TCU, de 25/09/2013, páginas 109 à 111.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos

Nome e Cargo do Representante da Empresa

(Timbre da empresa)

ANEXO VII
PROCURAÇÃO

REFERENTE AO

PREGÃO Nr 79/2014 - DEC

Por intermédio deste instrumento particular de procuração.....(individualização e qualificação do outorgante)....., nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. (nome completo do outorgado).....,(naturalidade, estado, civil, profissão, carteira de identidade, CPF, endereço)...., com poderes para representá-lo perante ao **Departamento de Engenharia e Construção (DEC)**, podendo participar das reuniões de Licitação acima referida, bem como elaborar e assinar propostas, formular ofertas, propor lances verbais de preço, conceder descontos e decidir sobre interposição de recursos, assinar atas e outros documentos relativos ao desenvolvimento de reunião de licitação, bem como assinar a celebração do contrato proveniente do referido processo licitatório, dando tudo por bom, firme e valioso.

Local e data

(assinatura autorizada, do outorgante, na qualidade de representante legal da empresa, devidamente identificada e com firma reconhecida)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

**ANEXO VIII
TERMO DE VISTORIA**

(Inciso III do art. 30 da Lei 8666/93)

Declaro que a empresa _____, por seu representante legal abaixo assinado, recebeu os documentos pertinentes Ao Pregão Eletrônico Nº 05/2014-DEC e que, por intermédio do Sr. _____, Idt nº _____, responsável da referida empresa e devidamente credenciado, realizou vistoria nos locais de realização dos serviços do presente edital, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste processo licitatório.

_____, ____ de _____ de _____

Representante Credenciado da Empresa
(Nome completo – Idt – CPF)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA TÉCNICA

EDITAL nº 05/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº

Ao

Departamento de Engenharia e Construção - DEC

SALC - Seção de Aquisição, Licitação e Contratos - Fone (61) 3415-4862

QGEEx - Bloco B - 3º Piso - SMU - CEP 70 630-901 - Brasília DF

Declaramos que a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na cidade de, Estado de, telefone nº....., por meio de seu representante legal (procuração anexa), sr.(a)....., portador da Carteira de Identidade nº....., expedida pela, para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº 05/2014, Processo Licitatório nº., instaurado pelo Departamento de Engenharia e Construção - DEC, e para os devidos fins de direito,

declaramos que optamos por não realizar a vistoria técnica do local onde será executado o serviço de Sondagem e Topografia, na cidade do Rio de Janeiro, conforme local especificado no Edital e que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC.

Por ser expressão da verdade, é o que tem a declarar, sob as penalidades da Lei.

(cidade - UF), (dia) de (mês) de (ano).

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO - (INDEPENDENTE DE PROPOSTA)

(Identificação da Licitante)

(Identificação completa do representante da licitante) como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do consorcio) doravante denominada (licitante/consórcio) para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara sob as penas da Lei, em especial o Art 299 do Código Penal Brasileiro que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

em _____ de _____ de _____,

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com

identificação completa)

ANEXO XI

MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO

[illegible]

_____, _____ de _____ de 2014

Responsável pela execução do serviço

Fiscal do contrato

ANEXO XII
MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					Data Licitação/Proposta: <div></div>							
PERÍODO					PRAZO INICIAL:							
					1ª QUINZENA	2ª QUINZENA	3ª QUINZENA	4ª QUINZENA	XXXXXXXXX QUINZENA	XXXXX QUINZENA	XXXXXXXXX QUINZENA	XXXXX QUINZENA
					1º MÊS		2º MÊS		XXXXXXXXX		XXXXXXXXX	
DIAS ACUMULADOS					15 dias	30 dias	45 dias	60 dias	dias	dias	dias	dias
ITEM	SERVIÇO	UND	QUANTIDADE									
F Í S I C O												
FINANCEIRO (R\$)	PARCIAL (QUINZENAL)											
	PARCIAL (MENSAL)											
	ACUMULADO (MENSAL)											

ANEXO XIII

PLANILHA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

COMPOSIÇÃO DE BDI	
	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
LUCRO	7,40%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,07%
Seguros + Garantias	0,80%
Riscos	1,27%
TRIBUTOS	6,65%
ISS (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	23,54%

Os percentuais acima apresentados são baseados no Acórdão 2622/2013 - Plenário do TCU, de 25/09/2013, páginas 109 à 111.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.